

Sarney prevê revisões na Lei Falcão

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do PDS, José Sarney, manifestou, ontem, a convicção de que o governo vai reformular a lei Falcão — que impede o acesso dos partidos políticos ao rádio e à televisão. Explicou que o assunto está sendo estudado há bastante tempo pelo governo, por intermédio do Ministério da Justiça, estando o novo projeto já em elaboração. Disse, contudo, não ter informação de quando será enviado ao Congresso.

Segundo Sarney, os debates que estão sendo realizados nas emissoras de rádio e televisão, neste período pré-eleitoral, com a participação de candidatos a governos estaduais em programas de entrevistas políticas, já revelam um clima de abertura e questionamento no País sobre todos os temas. No seu entendimento, essas indagações constituem um dos fundamentos da democracia.

Pessoalmente a favor da revogação da lei Falcão, de modo a que os candidatos possam ter acesso a programas gratuitos de propaganda eleitoral nos meios de comunicação eletrônica, José Sarney prefere manter-se afastado da questão enquanto esta estiver entregue ao ministro da Justiça, com quem já se atritou em várias ocasiões.

Por outro lado, Sarney garantiu que, à exceção da revisão da lei Falcão, o governo não tomará mais nenhuma iniciativa de modificar as regras do jogo eleitoral, embora admita que isso possa ser feito por meio de projetos de parlamentares que encontrem o consenso dos partidos.

Entre os projetos que poderiam ser aprovados nessas condições, Sarney citou o que aumenta o número de candidatos aos diversos cargos eletivos, e a emenda constitucional que eleva de 420 para 500 o número de representantes na Câmara dos Deputados, ambos em tramitação no Congresso. Sarney considerava as duas iniciativas como ajustes necessários na legislação eleitoral.

Explicou, porém, que seria "razoável" aprovar uma das emendas que tramita anexada à que aumenta o número de deputados, vedando a diminuição de qualquer bancada por Estado, em função da diminuição das suas populações. Com a aprovação dessa emenda e aumento normal das bancadas estaduais, em função do aumento populacional, a Câmara passaria a ter cerca de 285 deputados.